

19-
15-16-17-18

Rubem Braga

Reforma Agrária

Uma alta figura do Governo queixou-se, há tempos, de que interesses particulares, através de forças políticas, entravavam reformas necessárias ao desenvolvimento do Brasil, como a reforma agrária. Depois do Ato Institucional nº 5 essa alegação dificilmente poderá ser feita, pois o Governo está armado de todos os poderes para não apenas neutralizar como punir todos os que contrariarem seus desígnios.

A certa altura o IBRA começou a pôr em execução planos de reforma limitadas a certa áreas prioritárias. Logo depois o Presidente do IBRA, Engenheiro César Cantanhede, foi afastado do cargo, devido a acusações que mais tarde, o próprio Governo reconheceu improcedentes.

Não sei se essas acusações foram feitas de boa-fé, ou se foram ditadas por despeito pessoais ou, ainda, se tinham origem nos interesses contrariados pelas reformas que se iniciavam. O fato é que o afastamento do Engenheiro Cantanhede serviu a esses interesses, pois não se teve mais notícia dos planos que ele começara a aplicar.

Não conheço em detalhes esses planos e, assim, não posso opinar sobre eles. Reforma agrária é coisa extremamente complexa, mas entre a imprudência criminosa de homens de gabinete e o imobilismo dos eternos scrotadores de tôdas as reformas há uma faixa em que muita coisa pode e deve ser feita com urgência. Por que não reiniciar o trabalho encetado, agora que o Governo está forte para enfrentar, se quiser, os interesses dos grandes proprietários rurais retrógrados que dispunham de elementos políticos para impedir a aprovação de certas leis?

Eis uma sugestão que, estou certo, já deve ter ocorrido a muita gente. Vamos esperar, e ver.

DN 20-12-1968